

4.4. POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR: UMA CAMADA SOCIAL AINDA NUMEROSA

Os Recenseamentos agrícolas definem população agrícola familiar como o conjunto das pessoas que fazem parte do agregado doméstico do produtor, trabalhem ou não na exploração. Este grupo social tem sofrido uma quebra significativa nos últimos anos.

Nalgumas freguesias do concelho de Loulé, a população agrícola familiar (PAF) engoba, porém, mais de metade da população residente. Os valores indicativos² que relacionam a PAF com a população residente nos anos de 1979/81 e de 1989/91 (Quadro 4-7) fazem ressaltar três grupos de freguesias.

O primeiro, englobando as cinco freguesias do interior (localizadas na Serra e na área de transição), regista valores elevados da população agrícola familiar (PAF) na população residente, superando quase sempre os 2/3 desta, o que indica uma forte presença da actividade agrícola no conjunto das famílias residentes. Adiante analisar-se-ão os tipos de agricultura destas áreas.

Nas duas freguesias que se localizam integralmente no Barrocal (Boliquiteime e S. Sebastião), aqueles valores situam-se entre 40% e 60%. Boliquiteime acusou uma quebra da ordem dos 14%, como resultado do aumento da população não agrícola que aí procurou residência ao longo dos anos 80. A fixação de população, induzida principalmente por actividades não agrícolas, de acordo com o que atrás foi referido, provocou uma descida da PAF para valores próximos dos 2/5 da população residente.

Finalmente, o terceiro grupo engloba as freguesias do Litoral e, ainda, a freguesia da sede do concelho. Os valores indicativos descem, neste grupo, para níveis inferiores aos 20%. A freguesia de Quarteira não ultrapassa mesmo os 4%, devido à normal transferência intersectorial da população activa (que abandona a agricultura) e também ao facto de se manterem explorações agrícolas de grande dimensão, baseadas em estruturas patronais (como por exemplo, a exploração agrícola da Lusotur, em Vilamoura). Esta freguesia nunca teve, aliás, um volume elevado de população residente comprometida com a agricultura. As

²São apenas valores indicativos, pois relacionam informação obtida em anos diferentes, embora próximos. 1979 é comparado com 1981, enquanto que 1989 o é com 1991.

grandes unidades aqui localizadas, nomeadamente a Quinta de Quarteira, contratavam assalariados ou arrendavam parte da respectiva área de regadio a agricultores provenientes das freguesias vizinhas, aos quais proporcionavam complementos de vocação hortícola, relativamente às pequenas courelas de sequeiro que possuíam no Barrocal.

Quadro 4-7
POPULAÇÃO RESIDENTE E POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR
NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE LOULÉ
(1979/81 e 1989/91)

	FREGUESIAS CONCELHO REGIÃO	POPULAÇÃO RESIDENTE		POPULAÇÃO AGRÍCOLA FA- MILIAR (P.A.F.)		P.A.F. NA POPULAÇÃO RESID. (%)	
		1981	1991	1979	1989	79/81	89/91
	1	2	3	4	5	4/2	5/3
1	AMEIXIAL	1 119	873	980	651	87.6	74.6
	QUERENÇA	1 794	1 720	1 413	1 266	78.8	73.6
	ALTE/BENAFIM	4 050	3 612	3 400	2 408	84.0	66.7
	SALIR	3 641	3 399	2 895	1 797	79.5	52.9
2	S. SEBASTIÃO	5 461	5 251	2 750	2 592	50.4	49.4
	BOLIQUEIME	3 804	4 394	2 192	1 894	57.6	43.1
3	S. CLEMENTE	10 755	11 001	3 229	2 036	30.0	18.5
	ALMANCIL	5 560	5 976	1 374	1 010	24.7	16.9
	QUARTEIRA	7 867	10 924	749	416	9.5	3.8
	LOULÉ	44 051	47 150	18 981	14 070	43.1	29.8
	ALGARVE	323 534	340 114	89 625	69 919	27.7	20.6

Fonte: INE, Recenseamentos da população e Recenseamentos agrícolas

A evolução do número de produtores agrícolas acompanhou, em termos gerais, a evolução do conjunto da população agrícola familiar, de que aliás fazem parte. O decréscimo situou-se, no decénio de 80, entre 20% e 25% (Fig. 4-11), agravando a tendência que se tinha esboçado nos anos 70. A alteração dos critérios do Recenseamento agrícola, no que respeita fundamentalmente à dimensão física mínima das explorações a inquirir, explicará parte significativa da redução verificada no número global de unidades recenseadas. Adiante regressaremos a este assunto.

4.4.1. ACTIVIDADE AGRÍCOLA DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR COM TENDÊNCIA PARA CRESCER

Nem toda a população inserida na população agrícola familiar (PAF) se dedica à agricultura. Os muitos jovens, os mais idosos, alguns activos noutros sectores, embora integrando os agregados familiares dos agricultores, não desenvolvem actividades agrícolas.

Porém, a parte da PAF que pratica alguma actividade agrícola tem, em termos relativos, aumentado no conjunto do concelho de Loulé, situação que reflecte também a tendência geral verificada no Algarve (Quadro 4-8).

Quadro 4-8
POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR TOTAL E
COM ACTIVIDADE NA RESPECTIVA EXPLORAÇÃO NO
CONCELHO DE LOULÉ E NA REGIÃO DO ALGARVE (1979 e 1989)

CONCELHO REGIÃO	POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR		POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR COM ACTIVIDADE			
	1979	1989	1979	1989	%	
					1979	1989
1	2	3	4	5	4/2	5/3
LOULÉ	18 981	14 070	13 598	10 544	71.6	75.0
ALGARVE	89 625	69 919	65 296	53 488	72.9	76.3

Fonte: INE, Recenseamentos agrícolas

Várias hipóteses se podem avançar para explicar o aumento da taxa de actividade na agricultura da população agrícola familiar. As principais hipóteses explicativas são as seguintes:

- crescente peso, no âmbito da PAF, dos agregados familiares de pequena dimensão, integrando idosos e reformados que, não obstante, continuam a manter uma actividade agrícola;
- inserção, ainda que a tempo parcial, de elementos da família até então desligados das actividades agrícolas, com o duplo objectivo de iniciação profissional, eventualmente como recurso perante a escassez sazonal de oferta de emprego noutros

sectores, e de aumento da parcela da produção destinada ao autoconsumo;

-não inclusão, no universo das explorações agrícolas do RGA/89, das pequenas e das muito pequenas explorações, as quais têm alguma abundância de trabalho familiar disponível e onde, devido à reduzida dimensão das explorações e aos diminutos excedentes que proporcionam, obrigava a que parte significativa dos membros dos respectivos agregados familiares se ocupassem em sectores diversos da agricultura.

Não obstante este aumento da participação relativa da PAF nas actividades agrícolas, verificou-se na realidade uma diminuição, em termos absolutos, da população agrícola familiar com dedicação às tarefas agrícolas, que rondou os 20%. Esse decréscimo correspondeu principalmente, na região algarvia, à população que se dedicava à agricultura a tempo completo e, em menor escala, também àquela que nela aplicava menos de metade do seu tempo de actividade (Quadro 4-9).

Quadro 4-9
POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR (1989)
COM ACTIVIDADE NA EXPLORAÇÃO
(1979 = 100)

CONCELHO REGIÃO	POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR (1989) COM ACTIVIDADE NA EXPLORAÇÃO			
	total	tempo completo	50 a < 100 %	0 a < 50 %
LOULÉ	78	93	108	68
ALGARVE	82	64	101	79

Fonte: INE, Recenseamentos agrícolas

No âmbito do concelho de Loulé a situação é porém diferente. A redução da população agrícola familiar que se dedicava a tempo completo, entre 1979 e 1989, é diminuta. Pelo contrário, a população agrícola familiar que se dedicava a tempo parcial à agricultura (ocupando nela menos de 50% do seu tempo) sofreu uma diminuição drástica (Quadro 4-9). Estes factos traduzem o peso da agricultura nas

actividades deste concelho e a manutenção aqui de um núcleo duro de produtores agrícolas.

Entre 1979 e 1989 a população agrícola familiar (PAF) que se dedicava a tempo completo às respectivas explorações diminuiu, no Algarve, cerca de 1/3 (Quadro 4-9). Os produtores a tempo completo sofreram uma redução ligeiramente mais pequena: quedaram-se por um decréscimo de cerca de 30 % (Quadro 4-10).

Loulé parece ter-se comportado como um concelho especial. Incidindo a análise simultaneamente na PAF e nos produtores que dispendiam a totalidade do seu tempo nas respectivas explorações, verifica-se que, por um lado, a PAF desceu, nesse período, apenas 7% (Quadro 4-9), e que, por outro, o número de produtores, que, aparentemente, tinham registado uma quebra drástica de 1968 para 1979, não só não estagnou no decénio em análise (anos 80) como ainda aumentou, acusando um crescimento, nesse período, de cerca de 20 % (Quadro 4-10).

Quadro 4-10
EVOLUÇÃO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS³ (1968-1989) DE ACORDO COM O TEMPO DE DEDICAÇÃO ÀS SUAS EXPLORAÇÕES (1979=100)

CONCELHO REGIÃO	PRODUTORES AGRÍCOLAS (1979=100)							
	total		tempo completo		50 a < 100 %		0 a < 50 %	
	1968	1989	1968	1989	1968	1989	1968	1989
LOULÉ	106	79	744	120	49	97	24	67
ALGARVE	112	84	313	69	66	103	42	82

Fonte: INE, Recenseamentos Agrícolas

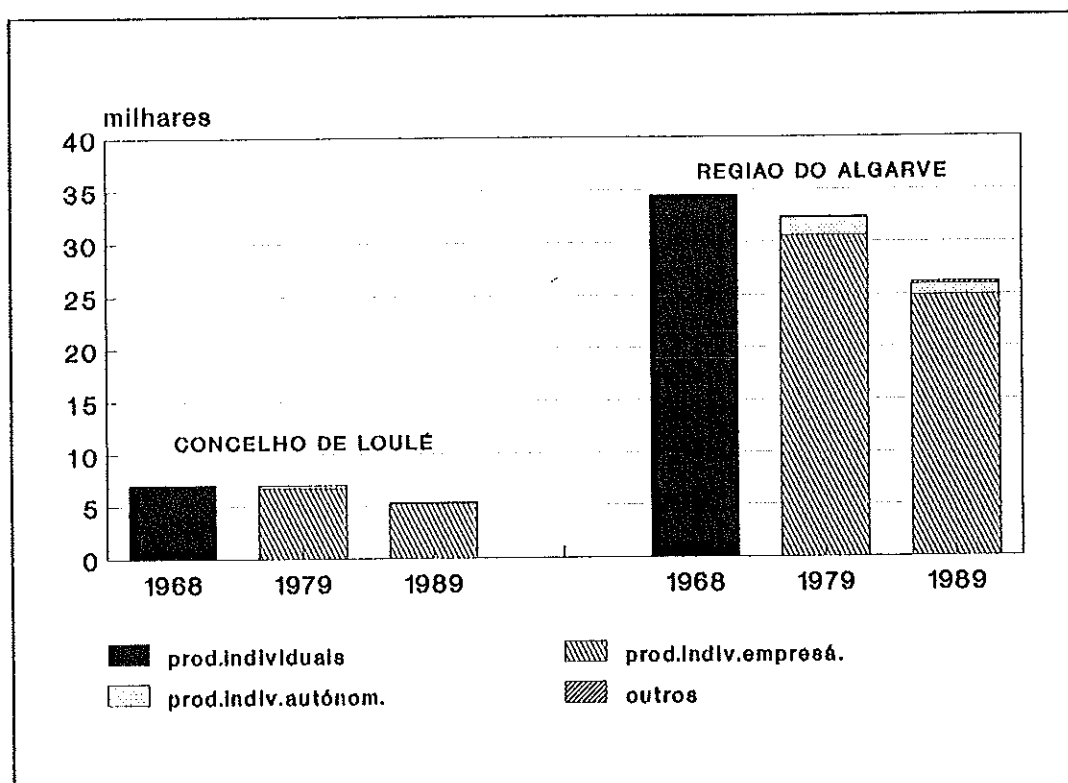
4.4.2. EVOLUÇÃO DIFERENCIADA NAS FREGUESIAS DE LOULÉ

Ao nível das freguesias, a procura de alguma regularidade esbarra com a heterogeneidade de comportamentos, no que se refere exclusivamente à diminuição do número de produtores agrícolas. Apenas

³ Para 1968 utilizaram-se os *Dirigentes das Explorações*, das quais 99,8% eram *Empresas em nome individual*. Para 1979, recorreu-se aos *Produtores Individuais* (autónomos e empresários) com actividade na exploração. Finalmente, em 1989, seleccionaram-se os *Produtores singulares* (autónomos e empresários).

a conjugação do ritmo de crescimento (negativo) dos produtores agrícolas com o dos restantes elementos do agregado doméstico do agricultor poderá tipificar a evolução da população inserida na agricultura. Neste último grupo caberá ainda distinguir aqueles familiares que desenvolvem alguma actividade no âmbito da exploração relativamente aos outros membros da família não inseridos nos trabalhos agrícolas próprios (crianças, activos noutros sectores, reformados que já não trabalham, etc.) (Fig. 4-12).

Figura 4-11
 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PRODUTORES AGRÍCOLAS
 NA REGIÃO DO ALGARVE E NO CONCELHO DE LOULÉ
 1968 - 1979 - 1989



Fonte: INE, Recenseamentos Agrícolas

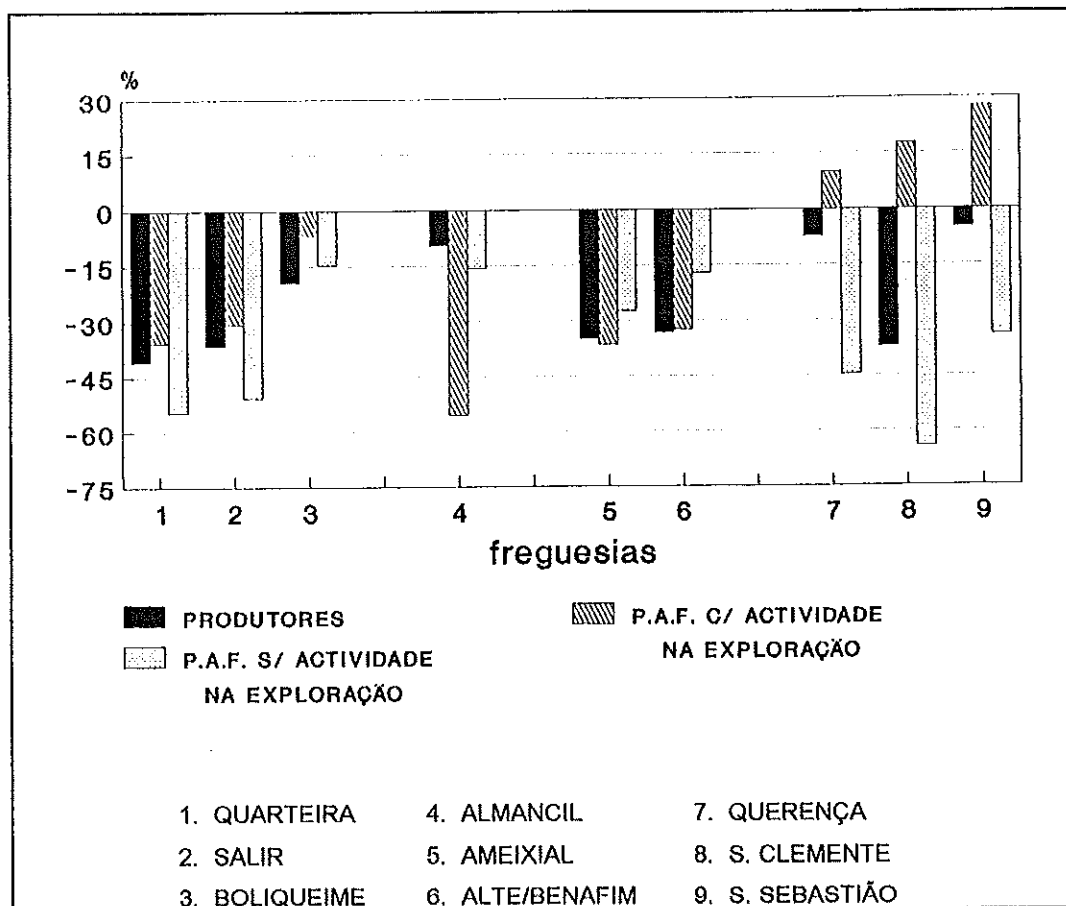
A freguesia de Almancil (Fig. 4-12) aparece isolada, com uma grande estabilidade no que respeita aos produtores agrícolas. Provavelmente o decréscimo verificado no decénio de 80, nesta freguesia, resultou apenas da exclusão de explorações por não terem sido abrangidas pelos critérios mais exigentes do Recenseamento

agrícola de 1989. Em contrapartida, mais de 50% da população agrícola familiar que tinha, em 1979, actividade na exploração, deixou de o ter. Representa, em primeiro lugar, uma transferência generalizada da população agrícola familiar para ocupações não agrícolas, possivelmente relacionadas com os diversos aldeamentos turísticos da freguesia e com os inúmeros serviços que lhe estão associados. Depois, reflecte também o abandono, voluntário ou involuntário, da agricultura. No primeiro caso para aqueles que basicamente se reformaram; e, no segundo caso, para aqueles que integravam as explorações que deixaram de ser incluídas pelo Recenseamento da agricultura.

Outro grupo de freguesias (Quarteira, Salir e Boliqueime) (Fig. 4-12) sofreu um decréscimo acentuado na população agrícola familiar total. As solicitações de várias ordens relacionadas com o crescimento das principais áreas urbanas destas freguesias justificam esta nova situação. Correspondem a casos de agregados completos que abandonaram a agricultura, pois a proporção entre as quebras registadas nos três componentes da família (produtor, familiares que trabalham na exploração e outros familiares) mantêm-se entre si, de acordo com o esquema geral das famílias agrícolas. Estas freguesias mantiveram, deste modo, o ritmo das adaptações funcionais em curso, o que gerou a absorção de emprego em sectores não agrícolas (Quarteira, como centro turístico; Salir como centro administrativo e de serviços da Beira-Serra e da Serra; e Boliqueime, como entreposto comercial, industrial e de serviços sediado num ponto de confluência de variados destinos regionais).

O terceiro grupo de freguesias (Alte/Benafim e Ameixial) (Fig. 4-12), corresponde basicamente às áreas rurais mais periféricas do concelho de Loulé, não obstante o facto das duas primeiras terem parcelas não muito extensas do seu território nas sub-regiões da Beira-Serra e do Barrocal. O comportamento destas três freguesias, no decénio em análise, é marcado pela maior diminuição dos familiares do produtor agrícola que trabalham na exploração. Os restantes elementos da família, sem actividade agrícola, sofrem também uma quebra, a qual não atinge a importância assinalada no grupo de freguesias anterior. O mercado de trabalho não agrícola nestas freguesias é diminuto, proporciona pouco emprego e, por conseguinte, a diminuição, ainda que localmente significativa, é sempre relativamente pequena.

Figura 4-12
**VARIAÇÃO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS
 E DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR
 NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE LOULÉ (1979-1989)**



Fonte: INE, Recenseamentos Agrícolas

O último conjunto de freguesias (Querença, S. Clemente e S. Sebastião) (Fig. 4-10) contrariou as principais tendências de crescimento negativo detectadas nas restantes. Na verdade, a população agrícola familiar com actividade nas respectivas explorações (excluindo o produtor) aumentou em valor absoluto nestas três freguesias. Tendo em atenção que se situam em áreas de grande acessibilidade aos grandes núcleos empregadores do Litoral do Algarve central (Loulé, Quarteira, Almancil, Faro, Albufeira, etc.), ter-se-á de reconhecer que houve um reforço na actividade de produção agrícola, provavelmente para aligeirar a parcela dos orçamentos familiares dedicada à aquisição de produtos alimentares e reforçar o autoconsumo. A proximidade do emprego

relativamente à residência permite a procura de soluções pluriactivas e complementares, com benefício para as economias familiares.

O número total de produtores agrícolas sofreu uma pequena descida nas freguesias de Querença e de S. Sebastião. Em S. Clemente, a freguesia urbana por excelência (onde se localiza a maior parte de perímetro urbano da cidade de Loulé), essa descida foi, pelo contrário, bem marcada. As razões que justificam esta mudança baseiam-se no peso excessivo das pequenas e das muito pequenas explorações, as quais exigiam a ocupação apenas de alguns membros do agregado familiar. A já referida restrição dos critérios de inquérito do RGA/89 excluiu, nesta última freguesia, um grande número de explorações anteriormente consideradas, o que provocou a quebra no número de produtores, bem como a correspondente descida na população familiar dessas mesmas explorações que se dedicava a outras actividades estranhas à agricultura.

4.5. POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR: POPULAÇÃO ACTIVA OU POPULAÇÃO REFORMADA ?

A apreciação normalmente realizada em torno de algumas das características sócio-profissionais dos produtores agrícolas e dos membros dos agregados familiares conduz muitas vezes a resultados que não correspondem à realidade. Normalmente induzem conclusões severas sobre o sector agrícola, já que utilizam, como base analítica, pressupostos há muito expurgados das metodologias aplicadas a outros sectores de actividade.

Embora já aflorado, este tema exige, contudo, maior desenvolvimento, devido à imagem negativa que transmite sobre o sector agrícola.

Nas operações censitárias referentes à população promovidas pelo Instituto Nacional de Estatística, estão incluídas na população activa agrícola apenas aqueles indivíduos que declararam a simultaneidade das seguintes duas situações: (1) exercerem uma profissão, neste caso relacionada com a agricultura, e (2) não serem reformados. No respectivo questionário, a resposta positiva à situação de reformado, incapacitado, estudante ou de doméstico obriga a ignorar as questões relacionadas com a hipotética actividade profissional paralelamente desenvolvida.

Nos recenseamentos agrícolas, pelo contrário, o objectivo principal incide na caracterização das estruturas físicas de produção e, por isso, a hipotética situação formal de aposentação, que afecta alguns dos produtores, não é, como vimos, considerada nos apuramentos finais. Os agentes recenseados dedicam-se, por definição, a trabalhos agrícolas embora, paralela e cumulativamente, possam assumir outras funções, activas ou inactivas, incluindo a própria situação de reformado.

Integram-se neste âmbito muitos idosos, reformados ou até deficientes, neste último caso novos e idosos, identificados nos recenseamentos agrícolas simplesmente como produtores, mas para os quais a actividade agrícola terá contornos mais próximos do entretenimento e do lazer (do prazer de produzir e, simultaneamente, de economizar) do que de uma actividade produtiva mercantil.

Por este motivo, as informações com origem nos recenseamentos agrícolas apresentam um quadro, no que respeita à população com actividade agrícola, bem mais vasto do que os recenseamentos da população. Naqueles estão incluídos não só os que declaram ter uma profissão principal no âmbito da agricultura, como também todos aqueles, reformados ou não, que trabalham, ainda que marginalmente, na agricultura. As únicas restrições impostas pelos inquéritos às estruturas agrícolas colocam-se apenas ao nível da dimensão da exploração, como adiante se comentará.

Kayser (1990) detectou, em França, um problema idêntico, ao verificar a impossibilidade de compatibilizar as informações provenientes do Recenseamento da população, do Recenseamento da agricultura, dos beneficiários da segurança social e, ainda, dos registos de contribuintes.

Este aspecto, relacionado com a duplicidade de critérios utilizados nas operações estatísticas, distorce permanentemente a imagem que se constrói do sector agrícola e contribui para desacreditar o seu papel como sector produtivo. A inclusão pura e simples do grupo de idosos e reformados, sem introduzir qualquer distinção conceptual, tem conduzido a permanentes considerações negativas sobre o sector. Podem citar-se algumas delas: a estrutura etária dos produtores aparece excessivamente envelhecida; a qualificação é afectada devido à pesada carga dos idosos, que são aqueles que têm um menor nível de instrução; a participação nos circuitos mercantis é considerada, em média, diminuta, e dificilmente se

consegue determinar o grau de concentração da produção comercializada; e, ainda, a tão apregoada pulverização fundiária vê-se reforçada pela inclusão dos quintais e courelas trabalhados por este grupo social, nalguns casos até com uma postura de actividade lúdica..

Deve reconhecer-se que a produção e a apresentação das estatísticas oficiais referentes às estruturas agrárias têm contribuído para mascarar estes aspectos. Alguns apuramentos particulares, que poderiam permitir clarificar este quadro e dissipar algumas destas dúvidas, são de difícil concretização e esbarram com barreiras muitas vezes incontornáveis (burocracia, tempo, custos, etc.).

Com estas apreciações não se pretende valorizar apenas algumas das formas de produção agrícola em prejuízo de outras. É necessário ter presente que o grau de integração mercantil das explorações agrícolas é, logicamente, variado. Consequentemente, deverá evitar-se que se retirem conclusões apressadas e erróneas, ignorando a segmentação natural da realidade agrícola e simplificando a complexidade da mesma. As diversas formas de produção cumprem objectivos específicos, correspondem a estratégias particulares, nomeadamente naquelas explorações de base familiar, e a definição de adequadas políticas agrárias terá de integrar obrigatoriamente esta diversidade.

A principal razão de ser deste equívoco, que reúne desordenadamente todas as categorias de explorações independentemente da situação do produtor, prende-se com o factor de suporte, que é comum a quase todas as unidades: o solo. Na composição dos respectivos aparelhos produtivos, o elemento físico solo dificilmente se poderia ignorar e é baseado nas suas características cadastrais (dimensão, usos, etc.) que se organizam os inquéritos de estruturas. Por esse motivo, os recenseamentos realizados no âmbito do sector agrário são indiscriminadamente abrangentes e indiciadores de grandes confusões.

Recorrendo a exemplos relacionados com outros sectores da actividade económica, facilmente se verifica que o aparelho estatístico oficial tem dificuldade em cumprir uma função tão abrangente como o faz para o sector agrícola. Seguramente que quando se faz qualquer referência às indústrias alimentares não estarão incluídas nessas análises as actividades desenvolvidas informalmente pelas pessoas que, no âmbito das suas redes familiares, fabricam produtos de pastelaria

para abastecerem estabelecimentos de hotelaria e similares (restaurantes, bares e cafetarias), muitas vezes em regime de monopólio local não declarado. Como também ninguém se lembrou de inserir nos ramo dos transportes terrestres os fretes de fim-de-semana de proprietários de camionetas, os quais conseguem habitualmente auferir por esses serviços rendimentos muitos superiores às retribuições estáveis proporcionadas pelas actividades desenvolvidas ao longo da semana. Inúmeros exemplos poderão ser evocados para documentar o volume apreciável de pequenos negócios paralelos que não são considerados nos respectivos sectores. Recorde-se, nomeadamente, alguns trabalhos de construção civil, a chamada hotelaria não classificada, certos serviços pessoais, um grande volume de negócios nos serviços de reparação e, até, a fabricação de alguns bens de consumo, nomeadamente aqueles ligados ao artesanato.

Vejamos, no domínio das estruturas agárias, algumas aproximações concretas a este problema.

4.5.1. DEDICAÇÃO TOTAL OU PARCIAL: AS FACES OCULTAS DA MONOACTIVIDADE

Uma das características mais polémicas atribuídas ao sector agrícola incide no grau de dedicação dos produtores à respectiva actividade. As estatísticas oficiais indiciam, globalmente, uma redução do tempo dedicado pelos produtores agrícolas às suas explorações. Sugere-se, inclusivamente, que, a verificar-se esta tendência, a agricultura poderia passar a ser uma actividade onde apenas se exijiria uma ocupação a tempo parcial, porventura sem qualquer qualificação profissional específica.

No quadro atrás exposto, o problema reside no tipo de análise que se pratica quando se faz referência aos produtores (e/ou aos familiares) que não se dedicam a tempo completo às suas explorações agrícolas. Uma questão é imediatamente colocada: como utilizam, então, essas pessoas o restante tempo disponível? A resposta não poderá ser, obviamente, só uma. Na verdade, embora haja produtores (e/ou familiares) que têm outras actividades, noutras explorações ou mesmo noutros sectores de actividade, outros há que se dedicam sem outra ocupação às respectivas explorações, embora a tempo parcial.

Tome-se, pois, o caso dos produtores que se dedicam só à agricultura, isto é, os monoactivos. Analisaremos os pluriactivos em próximo capítulo.

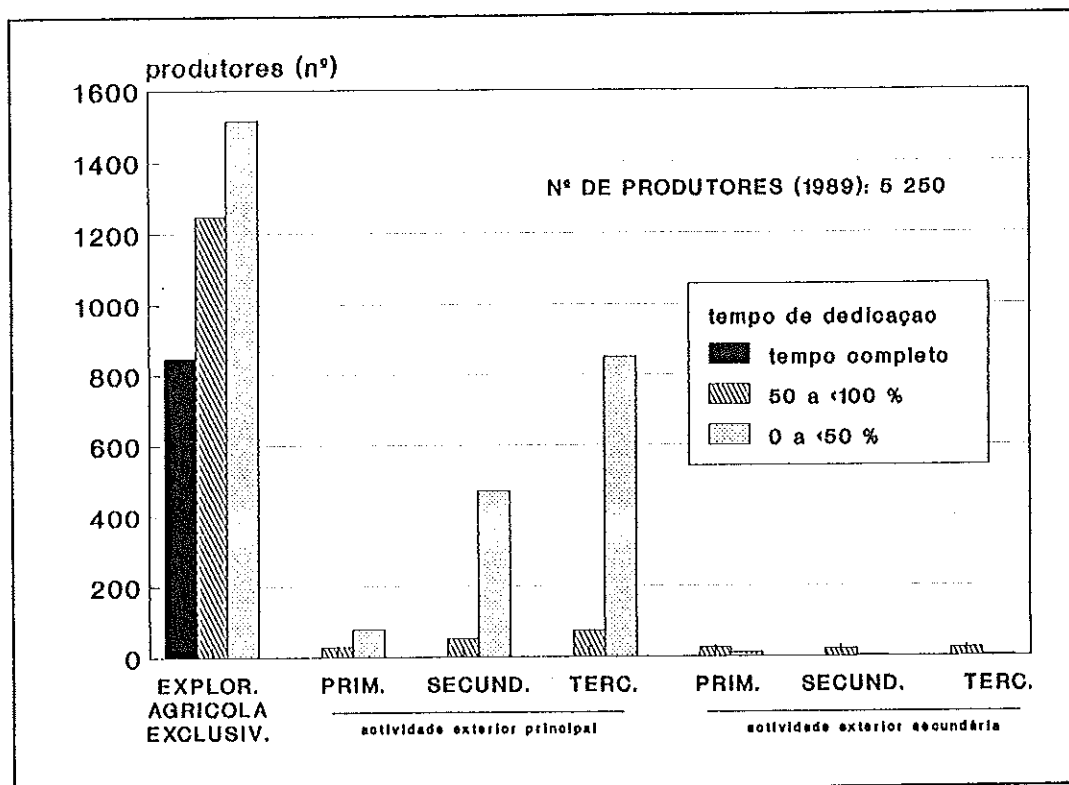
Quadro 4-11
**PRODUTORES AGRÍCOLAS MONOACTIVOS,
 SEGUNDO O TEMPO DE DEDICAÇÃO À EXPLORAÇÃO,
 NAS FREGUESIAS E CONCELHO DE LOULÉ E NO ALGARVE
 1989**

FREGUESIAS CONCELHO REGIÃO	PRODUTORES AGRÍCOLAS MONOACTIVOS					
	tempo completo		50 a <100 %		0 a <50 %	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
BENAFIM	12	5.2	59	25.5	160	69.3
ALMANCIL	19	8.4	60	26.7	146	64.9
S.SEBASTIÃO	62	9.3	338	50.8	266	39.9
S.CLEMENTE	84	16.9	131	26.3	283	56.8
QUERENÇA	83	26.3	139	44.0	94	29.7
ALTE	125	27.4	165	36.1	167	36.5
QUARTEIRA	31	30.1	38	36.9	34	33.0
SALIR	160	35.6	136	30.3	153	34.1
BOLIQUEIME	174	37.0	116	24.7	180	38.3
AMEIXIAL	97	49.5	65	33.2	34	17.3
LOULÉ	847	23.5	1 247	34.5	1 517	42.0
ALGARVE	5 008	28.4	6 691	38.0	5 924	33.6

Fonte: INE (1992a)

Recorde-se o que foi afirmado no cap. 3.6 e vejam-se, a título de exemplo, os casos do concelho de Loulé (Fig. 4-13) e do distrito de Faro (Fig. 4-14). A maioria dos produtores monoactivos dedica-se à agricultura em regime de tempo parcial. No Recenseamento Geral da Agricultura, de 1989, um número significativo de inquiridos declarou que, embora não se dedicasse a tempo completo à agricultura, não desenvolvia, contudo, outra qualquer actividade complementar (Quadro 4-11). Encontram-se neste caso cerca de 76,5% (Loulé) e de 71,6% (Algarve) dos produtores monoactivos. Por outras palavras, não é só a pluriactividade que obriga a uma dedicação parcial à actividade agrícola; a própria dinâmica do produtor e da sua família é que determina qual o grau de empenhamento que deverá investir na respectiva exploração.

Figura 4-13
 PRODUTORES AGRÍCOLAS DE LOULÉ SEGUNDO
 O TEMPO DE DEDICAÇÃO ÀS EXPLOR. AGRÍCOL.
 E AS ACTIVIDADES EXTERIORES REMUNERADAS - 1989

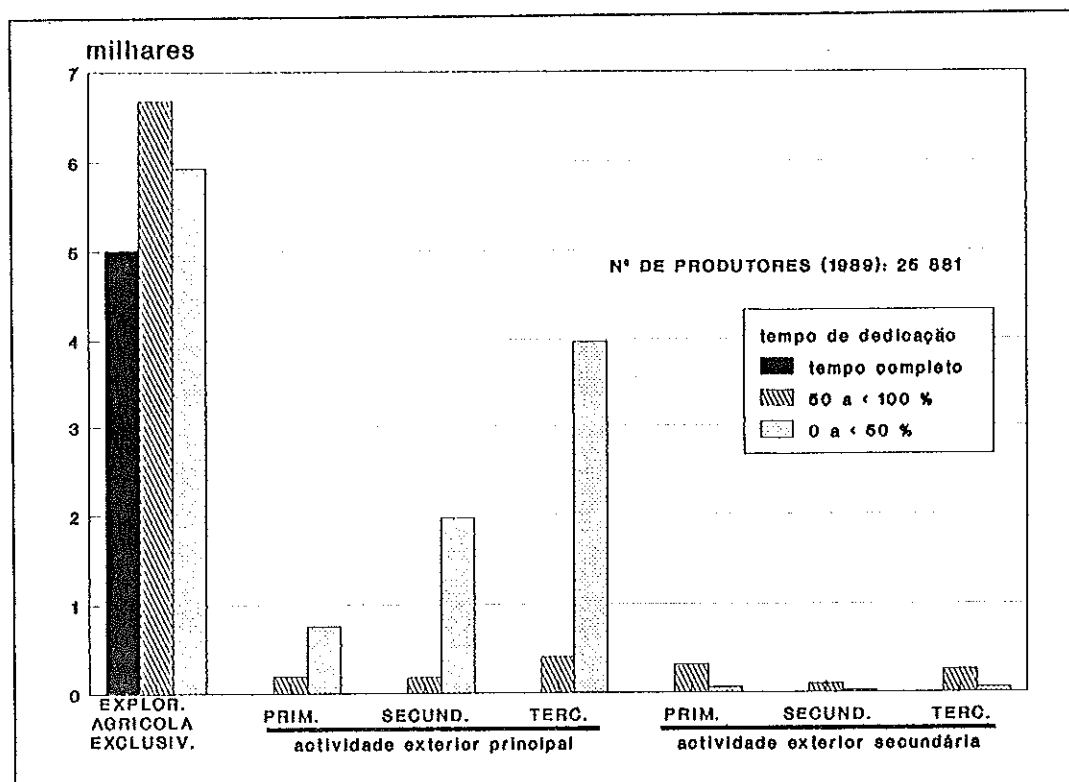


Fonte: INE (1992a)

No âmbito do concelho de Loulé, pode detectar-se uma variação deste fenómeno, ajustada ao grau de integração actual das respectivas áreas agrícolas. Na Serra (freguesia de Ameixial), os produtores a tempo completo representam metade do total dos agricultores monoactivos. A ausência de alternativas mantém em actividade um grupo com dimensão relativa apreciável. O gradiente de variação faz com que no Barrocal e na Beira-Serra aquele estrato baixe para 25 a 37%, para se colocar, no Litoral e no Baixo Barrocal (Almancil, S. Clemente e S. Sebastião) em valores abaixo dos 17%. Benafim constituirá, por certo, um caso especial, onde a incidência da grande propriedade conjugada com um número reduzido de produtores confere um nível mínimo de dedicação integral (apenas 5.2%) dos produtores monoactivos.

Estes factos foram já documentados com os casos da Europa do Sul e, particularmente, da França, onde os autores então citados (Brangeon & Jégouzo, 1973) propunham a admissão de uma nova categoria: "agricultura de reformados". Como primeira e principal explicação, surge naturalmente a forte componente dos reformados, idosos e, eventualmente, deficientes, inseridos neste grupo, os quais praticam apenas a agricultura, embora com um ritmo moderado. Mas, como então se afirmou, é da máxima importância conseguir distinguir os agricultores que produzem fundamentalmente para o mercado daqueles que utilizam a agricultura como meio para garantirem um mínimo de ocupação quotidiana.

Figura 4-14
**PRODUTORES AGRÍCOLAS DO ALGARVE SEGUNDO
 O TEMPO DE DEDICAÇÃO ÀS EXPLOR. AGRÍCOL.
 E AS ACTIVIDADES EXTERIORES REMUNERADAS - 1989**

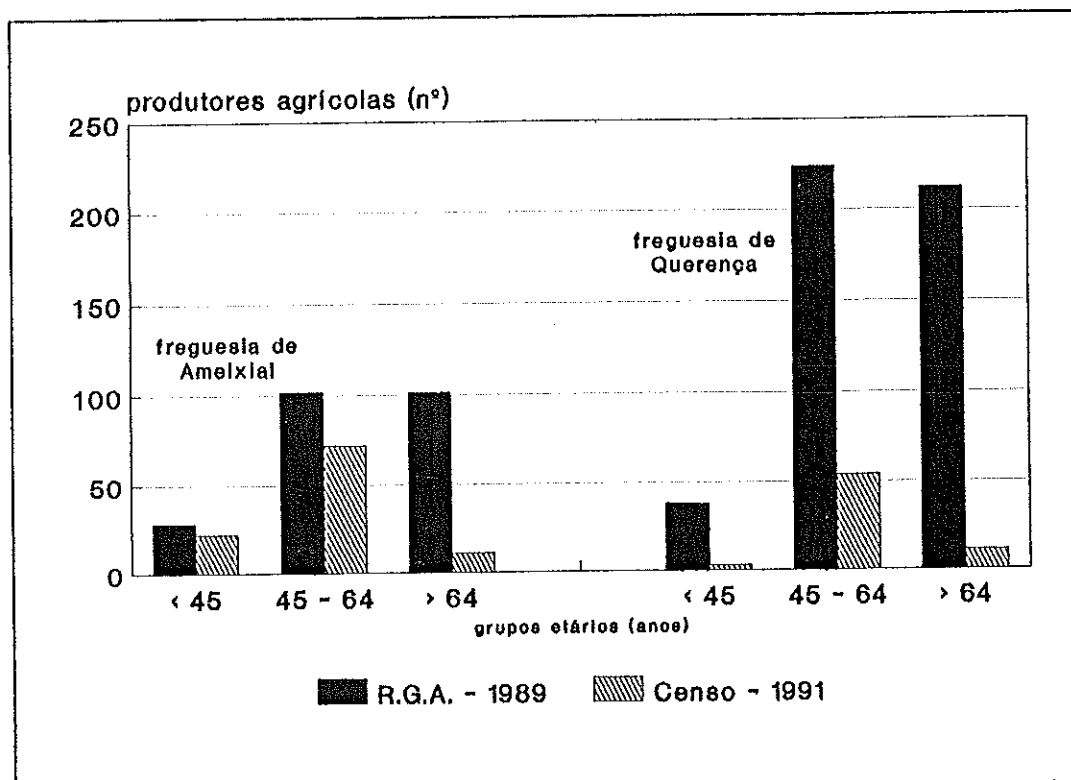


Fonte: INE (1992a)

4.5.2. ESTRUTURA ETÁRIA INVERTIDA

Utilizando duas das freguesias do concelho de Loulé para as quais se dispõe de informações mais detalhadas, subtraídas do Recenseamento Geral da Agricultura (1989) e do Recenseamento Geral da População (1991), podem detectar-se algumas outras vertentes do problema atrás enunciado.

Figura 4-15
PRODUTORES AGRÍCOLAS RECENSEADOS (1989 E 1991)
SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS
EM DUAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE LOULÉ

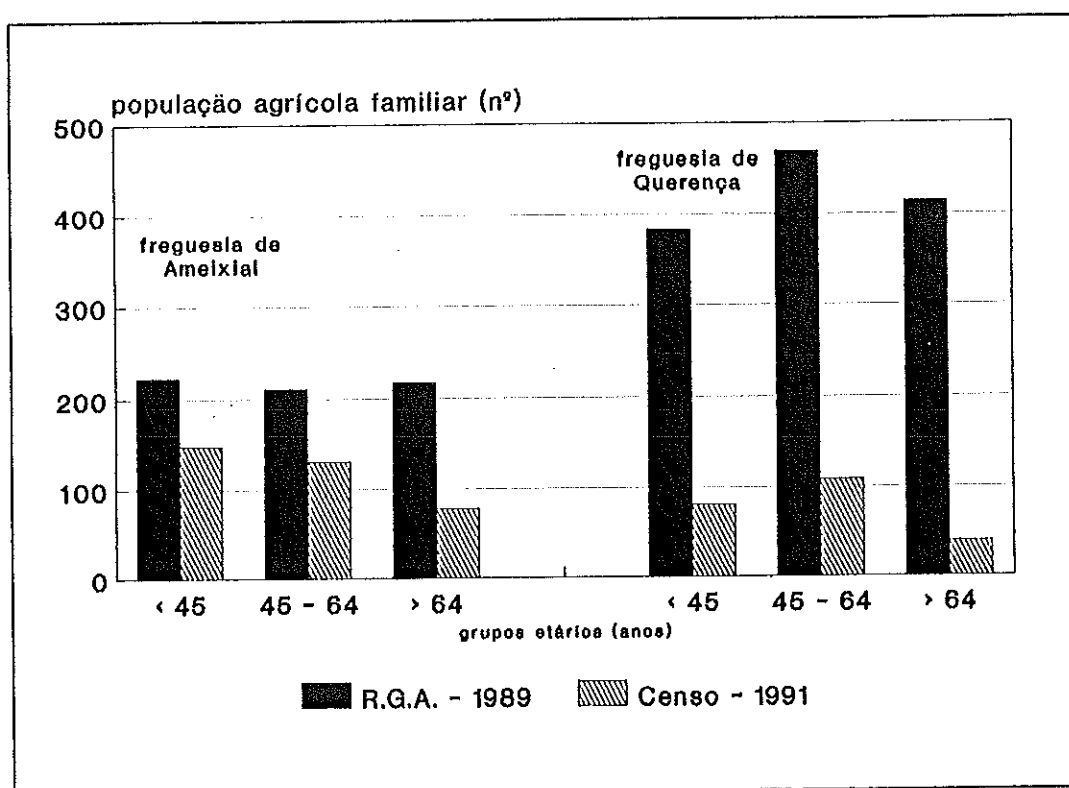


Fonte: INE (1992A) e J.F. (1991)

Num primeiro momento, compare-se o número de produtores (Fig. 4-15) e o de outros elementos da população agrícola familiar (Fig. 4-16) registados naquelas duas operações censitárias, agregados segundo três grupos etários. O primeiro comentário de ordem geral refere-se às diferenças existentes entre o número total dos produtores agrícolas (e

dos membros dos respectivos agregados) avançados por aqueles dois censos, que nalguns casos são apreciáveis e que não podem ser, de todo, justificadas pela evolução hipoteticamente verificada nos poucos meses que medearam entre a realização das duas operações censitárias. Divergências de origem conceptual estarão, seguramente, na base destas diferenças.

Figura 4-16
 POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR RECENSEADA
 EM 1989 E 1991, SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS
 EM DUAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE LOULÉ



Fonte: INE (1992a) e J.F. (1991)

Na freguesia de Ameixial (Serra) (Fig. 4-15), e no que respeita aos produtores, a principal diferença vai para aqueles que têm mais de 64 anos. No Recenseamento Geral da Agricultura (1989), os produtores atingem um número significativo, enquanto que no censo da população (1991) esse número baixa drasticamente, devido fundamentalmente à distinção que logicamente se introduz entre o produtor agrícola activo e o

reformado, categorias que correspondem a situações assumidas e declaradas pelos recenseados, quando respondem ao questionário desta última operação censitária. Na população familiar (Fig. 4-16), as diferenças são também importantes, sendo de igual modo o grupo dos elementos com mais de 64 anos aquele onde se verifica um maior afastamento das indicações dos dois recenseamentos.

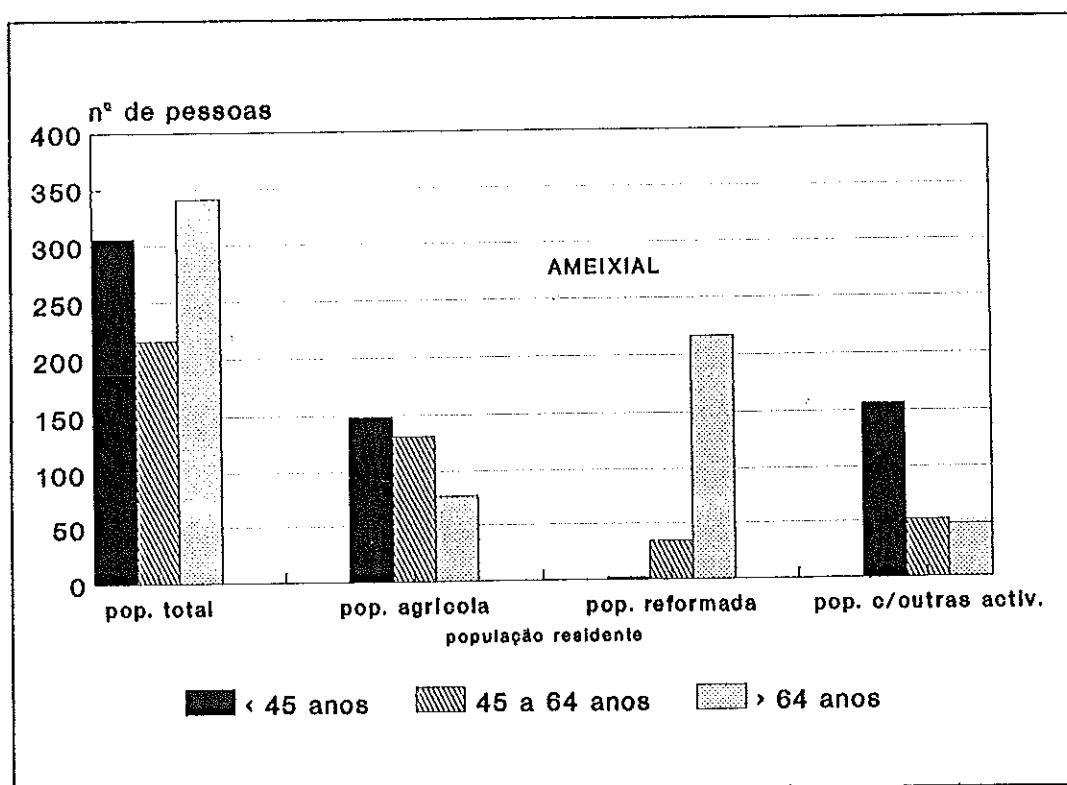
Na segunda freguesia sobre a qual se dispõe de informação, Querença (freguesia de transição, com a população implantada principalmente em áreas da Beira-Serra e do Barrocal), o resultado desta comparação é ainda mais conclusivo. Não só os produtores (Fig. 4-14) como também os restantes familiares (Fig. 4-16) são, segundo o Censo de 1991, efectivamente em muito menor número do que aqueles que foram recenseados pelo RGA (1989). As diferenças, nesta freguesia, são mais acentuadas. Resultam, sobretudo, da existência de inúmeras famílias pluriactivas, para as quais a actividade agrícola muitas vezes é desenvolvida apenas com carácter complementar, na já referida perspectiva do reforço dos respectivos orçamentos familiares.

O Recenseamento de 1989, incidindo sobre as estruturas agrárias, colocou lado a lado toda a variedade de explorações agrícolas, desde que estas incluíssem uma determinada superfície agrícola, e que essa superfície tivesse sido utilizada nesse ano agrícola. A existência, por si só, de área agrícola trabalhada, mostra-se, contudo, insuficiente para dela poder tirar qualquer conclusão que englobe a produção mercantilizada. Misturam-se explorações nitidamente orientadas para o mercado e, nas quais, o produtor se ocupa a tempo completo, com outras explorações que, muito embora desempenhem relevantes papéis sócio-ambientais, dificilmente se poderão analisar através da mesma grelha funcional. Reconhece-se que basta ter trabalhado durante um pequeno número de dias no ano, procedendo, por exemplo, a eventuais operações de limpeza, para admitir que a exploração está em condições de integrar as unidades de produção consideradas activas, em paralelo com todas as restantes. A diversidade existente é, reconheça-se, quase infinita e insere-se, na verdade, no espectro referido no capítulo precedente, balizado pelo que então se denominou **padrão de reprodução autónomo e padrão de reprodução mercantilizado**. Mas importa estabelecer critérios, ainda que mínimos, para separar o que é estruturalmente diverso e que tem sido compulsivamente associado.

A distorção da estrutura etária da população inserida nas explorações agrícolas e que normalmente se referencia como uma das marcas indiciadoras do atraso do sector agrícola, resulta, como vimos, de uma avaliação viciada dessa realidade.

A comparação da estrutura etária da população agrícola com a da população comprometida com outras actividades permite estabelecer novas aproximações, nada desfavoráveis para o sector agrícola.

Figura 4-17
**POPULAÇÃO RESIDENTE NA FREGUESIA DE AMEIXIAL
 SEGUNDO A PRINCIPAL ACTIVIDADE DESENVOLVIDA
 PELAS FAMÍLIAS E O NÍVEL ETÁRIO (1991)**



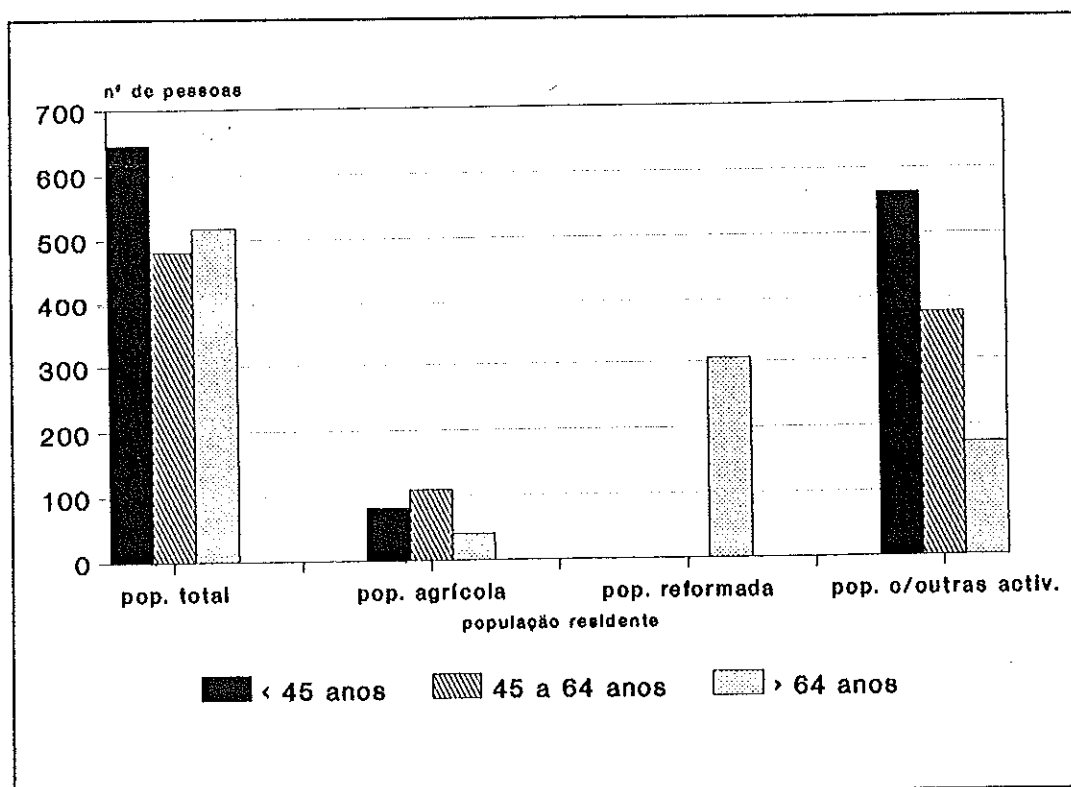
Fonte: J.F. (1991)

Recorrendo novamente às duas freguesias (Ameixial e Querença) sobre as quais nos é possível fazer certas apreciações mais fundamentadas, veja-se a distribuição da população residente (1991) segundo três grandes grupos: população dependente da agricultura, população dependente de outras actividades e população reformada. O

agrupamento foi conseguido em função da actividade principal declarada pela família, ainda que alguns elementos das famílias não agrícolas se dediquem também à produção de alimentos e vice-versa.

Em qualquer das freguesias a estrutura etária apresentada pela população com actividade agrícola, de acordo com o Censo de 1991, não corresponde à tragédia que normalmente é esboçada. Na freguesia de Ameixial (Fig. 4-17) e na população dos agregados familiares dos agricultores, o grupo com idades inferiores a 45 anos é mesmo maioritário, constituindo os elementos com mais de 64 anos o grupo menos numeroso desta população. Em Querença (Fig. 4-18), a perspectiva não é tão clara mas, ainda assim, o grupo dos idosos (> 64 anos) é um grupo francamente minoritário.

Figura 4-18
POPULAÇÃO RESIDENTE NA FREGUESIA DE QUERENÇA
SEGUNDO A PRINCIPAL ACTIVIDADE DESENVOLVIDA
PELAS FAMÍLIAS E O NÍVEL ETÁRIO (1991)



Fonte: J.F. (1991)